

CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA



NEWSLETTER | DIREITO PÚBLICO

ÍNDICE

NEWSLETTER DIREITO PÚBLICO | 2.º TRIMESTRE 2016

I O TRIBUNAL DE CONTAS E OS CONTRATOS DE CONCESSÃO E SUBCONCESSÃO	2
II LEGISLAÇÃO NACIONAL	3
III JURISPRUDÊNCIA NACIONAL	8

NEWSLETTER DIREITO PÚBLICO

I O TRIBUNAL DE CONTAS E OS CONTRATOS DE CONCESSÃO E SUBCONCESSÃO

1. Tribunal de Contas: Instrução n.º 1/2016, de 12 de Abril:

O objeto da referida Instrução versa o controlo e acompanhamento, pelo Tribunal de Contas, dos contratos de concessão e de subconcessão celebrados pelas entidades do sector empresarial do Estado, excluindo o sector empresarial local e os hospitais em PPP ou em EPE. A presente Instrução deve ser observada a partir da data da sua publicação, inclusive a partir da gerência de 2016 e não substitui as instruções de prestação de contas a que as entidades abrangidas estão sujeitas, constituindo apenas um complemento quanto ao controlo e acompanhamento dos contratos de concessão e subconcessão.

Concretamente, e em rigor, estão abrangidas pela presente Instrução, de um ponto de vista **objetivo**, os contratos de concessão e de subconcessão e, de um ponto de vista **subjectivo**:

- i) Empresas Públicas:
 - a) Concedentes;
 - b) Concessionárias ou Subconcessionárias de gestão, de obras públicas e de serviços públicos;
- ii) Empresas Concessionárias Privadas:
 - a) De obras públicas;
 - b) De serviços públicos.

Institui-se a obrigatoriedade de as entidades abrangidas remeterem ao Tribunal de Contas, entre outros:

- i) Os documentos respeitantes a relatórios e pareceres da entidade concedente;
- ii) A indicação dos responsáveis pela gestão dos respectivos contratos de concessão;
- iii) A identificação dos contratos de fornecimento de serviço celebrados pelo concedente no âmbito da atividade de fiscalização, acompanhamento e gestão dos contratos;
- iv) Os relatórios e pareceres da entidade reguladora.

No que concerne aos prazos para a apresentação das informações e documentos abrangidos pela referida Instrução, estes são os previstos no artigo 52.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

Para se proceder ao envio dos mesmos o sítio do Tribunal de Contas (www.tcontas.pt) disponibiliza uma aplicação informática para o efeito. A Direcção-Geral do Tribunal fornecerá a cada entidade uma chave de acesso à referida aplicação informática, para que se submetam os documentos e as informações em causa.

Em relação aos envios subsequentes à primeira remessa de elementos, as entidades abrangidas apenas deverão apresentar a informação conexa com as alterações contratuais ocorridas e que complemente os elementos já disponíveis no Tribunal de Contas. Caso tal não suceda, deverão, em alternativa os concedentes/concessionários/subconcessionários proceder ao envio de uma declaração anual que ateste a situação descrita.

II LEGISLAÇÃO NACIONAL

Contratos públicos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2016, de 23 de Maio

Aprova os instrumentos jurídicos a celebrar entre a PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A., e a Atlantic Gateway, SGPS, Lda., nomeadamente as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A.

Despacho n.º 6835-A/2016, de 23 de Maio, dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas

Autoriza a alienação de ações durante o período de indisponibilidade pela Atlantic Gateway, SGPS, Lda. à Parpública - Participações Públicas (SGPS), S. A.

Parecer n.º 11/2016, de 17 de Junho, da Procuradoria-Geral da República

Sobre o objeto dos contratos de associação celebrados entre o Estado Português, através da Direcção-Geral da Administração Escolar, e as entidades titulares de estabelecimentos do ensino particular e cooperativo de nível não superior, para o triénio escolar 2015/2018

Despacho n.º 7534/2016, de 6 de Julho, da Secretária de Estado da Justiça

Autoriza a criação de um centro de arbitragem institucionalizada pela Associação Portuguesa dos Mercados Públicos, denominado CAP - APMEP - Centro de Arbitragem em Contratos Públicos da Associação Portuguesa dos Mercados Públicos

Energia

Despacho n.º 5138-A/2016, de 14 de Abril, do Secretário de Estado da Energia

Determina o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de eletricidade, aplicável a partir de 1 de Julho de 2016.

Despacho n.º 5138-B/2016, de 14 de Abril, do Secretário de Estado da Energia

Determina o desconto a aplicar sobre as tarifas de gás natural

Portaria n.º 97-A/2016, de 20 de Abril, do Ministério da Economia

Fixa o prazo para ser promovido o concurso público destinado a seleccionar a entidade que exercerá as competências cometidas à associação nacional inspetora de instalações elétricas (ANIIE)

Regulamento n.º 415/2016, de 29 de Abril, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o Regulamento Tarifário do setor do gás natural

Regulamento n.º 416/2016 de 29 de Abril, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o Regulamento de Relações Comerciais do Setor do Gás Natural

Regulamento n.º 417/2016, de 29 de Abril, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o Regulamento de Operação das Infraestruturas do setor do gás natural

Diretiva n.º 9/2016, de 4 de Maio, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Regula as tarifas transitórias de gás natural a vigorar de 1 de Maio até 30 de Junho de 2016

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2016, de 6 de Maio

Autoriza as entidades adjudicantes a realizar a despesa decorrente da contratação de eletricidade em regime de mercado livre, através da abertura do respetivo procedimento aquisitivo pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Administração Interna

Regulamento n.º 435/2016, de 9 de Maio, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprova o Regulamento de Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do setor do gás natural

Despacho (extrato) n.º 6470/2016, de 17 de Maio, do Director Geral da Direcção-Geral de Energia e Geologia

Define dos requisitos associados à elaboração dos planos de racionalização energética

Resolução do Conselho de Ministros n.º 33-A/2016, de 9 de Junho

Cria as condições para a aplicação automática da tarifa social de energia elétrica e de gás natural, determinando a troca de informações entre os serviços competentes da Administração Pública

Portaria n.º 173/2016, de 21 de Junho, do Ministério da Economia

Estabelece os termos e condições para a atribuição de potência de injeção de energia elétrica em determinado ponto da RESP aplicáveis no âmbito da modalidade especial do regime de remuneração da produção em cogeração titulado por licença

Decreto-Lei n.º 33/2016, de 28 de Junho

Reformula e clarifica as atribuições e o regime de despesa da Direcção-Geral de Energia e Geologia, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de Agosto

Despacho n.º 6064/2016, de 6 de Maio, do Secretário de Estado da Saúde

Define as metas de redução dos consumos de energia elétrica, gás e água e de produção de resíduos, para 2016, para as entidades públicas do setor da saúde

Turismo e Jogos

Regulamento n.º 379-A/2016, de 13 de Abril, do Instituto do Turismo de Portugal, I.P.

Altera o Anexo I do Regulamento n.º 903-B/2015 que define os Requisitos Técnicos do Sistema Técnico do Jogo Online, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 23 de Dezembro de 2015

Despacho n.º 6016/2016, de 5 de Maio, da Secretária de Estado do Turismo

Regulamento que aprova o modelo de contratualização do apoio financeiro a conceder pelo Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal), no período de 2016-2020, a

medidas e projetos de promoção turística, no âmbito de iniciativas de valorização, inovação e promoção do destino Portugal

Despacho n.º 8357/2016, de 28 de Junho, da Secretária de Estado do Turismo

Determina, no âmbito do programa SIMPLEX + 2016, a redução de documentos nos pedidos de atribuição de utilidade turística que serão efectuados por formulário próprio disponibilizado no portal do Turismo de Portugal, I. P.

Portaria n.º 158/2016, de 8 de Junho, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Finanças Públicas

Portaria n.º 171/2016, de 20 de Junho, do Ministério das Finanças

Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio a emitir pela Inspeção-geral de Finanças na realização de transferências para as fundações

Administração Indirecta

Lei n.º 11/2016, de 4 de Abril

Reposição dos complementos de pensão no sector público empresarial

Aviso n.º 4633/2016, de 6 de Abril, da Infraestruturas de Portugal, S. A.

Consulta pública do projeto de Regulamento dos Requisitos e Especificações Técnicas para o Licenciamento de Acessos à Rede Rodoviária sob Jurisdição da Administração Rodoviária

Despacho n.º 5803/2016, de 29 de Abril, do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.

Conclusão do processo de fusão da Direção Geral das Atividades Económicas com o IAPMEI, I. P.

Portaria n.º 121/2016, de 4 de Maio, do Ministério da Saúde

Revoga a Portaria n.º 112/2014, de 23 de Maio, que regula a prestação de cuidados de saúde primários do trabalho através dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES)

Despacho n.º 5911-C/2016, de 3 de Maio, do Secretário de Estado da Saúde

Determina que a celebração ou renovação de contratos de trabalho pelos hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde, com a natureza de entidade pública empresarial e integrados no Serviço Nacional de Saúde, depende de prévia autorização do membro do Governo responsável pela área da saúde

Decreto-Lei n.º 32/2016, de 28 de Junho

Clarifica as posições jurídicas detidas pelo SUCH, pelo Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E., pelo Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., e pelo Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E., nos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «Somos Contas» e «Somos Pessoas», procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de Março

Autarquias

Despacho n.º 5986/2016, de 4 de Maio, da Directora do Departamento Municipal de Recursos Humanos da Câmara Municipal do Porto

Altera a estrutura orgânica interna da Câmara Municipal do Porto e republica a Estrutura Orgânica integral

Despacho n.º 7053-A/2016, de 27 de Maio, da Presidência do Conselho de Ministros

Determina a constituição de um Grupo Técnico para a definição de critérios para a avaliação da reorganização do território das freguesias, e define a sua composição

Aviso n.º 6913/2016, de 1 de Junho, do Director Municipal

Informa da abertura do Período de Divulgação Pública da Proposta de Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa

Agricultura, Florestas e Mar

Portaria n.º 140-A/2016, de 13 de Maio, do Ministério das Finanças e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Define os vários tipos, validade e âmbito geográfico das licenças de caça

Portaria n.º 140-B/2016 de 13 de Maio, do Ministério das Finanças e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Estabelece os termos relativos ao exame e emissão de carta de caçado

III JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 76/2016, de 6 de Abril

Julga inconstitucional a norma contida no n.º 1 do artigo 257.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de julho (dever de comunicação dos acidentes de trabalho às autoridades administrativas que é imposto aos empregadores)

Acórdão n.º 230/2016, de 29 de Junho

Não julga inconstitucional a norma do artigo 27.º, n.º 3, do Código das Expropriações, cujas regras de cálculo indemnizatório não atendem às «infraestruturas urbanísticas que servem parcelas expropriadas e o prédio em que se integra», à «localização das parcelas expropriadas numa zona infraestruturada e edificada (núcleos urbanos e construção dispersa a 300 m)», à «capacidade edificativa das parcelas expropriadas e da sua zona envolvente prevista no PDM», ou à «capacidade edificativa das parcelas expropriadas prevista no projeto de revisão do PDM, pendente à data da declaração de utilidade pública (ainda que não em vigor)», em ambos estes últimos casos «mesmo nas situações em que a zona envolvente dessas parcelas é já constituída por diversos espaços urbanos».

CONTACTOS

CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA & ASSOCIADOS, RL
Sociedade de Advogados de Responsabilidade Limitada

LISBOA

Praça Marquês de Pombal, 2 (e 1-8º) | 1250-160 Lisboa | Portugal
Tel. (351) 21 355 3800 | Fax (351) 21 353 2362
cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com | www.cuatrecasas.com

PORTO

Avenida da Boavista, 3265 - 5.1 | 4100-137 Porto | Portugal
Tel. (351) 22 616 6920 | Fax (351) 22 616 6949
cuatrecasasporto@cuatrecasas.com | www.cuatrecasas.com

A presente Newsletter foi elaborada pela Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados, RL com fins exclusivamente informativos, não devendo ser entendida como forma de publicidade. A informação disponibilizada bem como as opiniões aqui expressas são de carácter geral e não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados, RL qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da referida informação. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não implica a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas. Caso pretenda deixar de receber esta Newsletter, por favor envie um e-mail para o endereço cuatrecasasportugal@cuatrecasas.com.
